

Andreia Rodrigues de Andrade¹

O presente trabalho tem por objetivo analisar como estava organizado o cenário educacional em Teresina, durante a segunda metade do século XIX. A pesquisa questiona quais as medidas do poder público e também as iniciativas privadas, a exemplo dos esforços de intelectuais e proprietários de colégios particulares, executadas na nova capital do Piauí em prol do desenvolvimento do ensino. Outro ponto relevante é observar até que ponto tais iniciativas contribuíram para a melhoria e a transformação da educação na nova capital piauiense, bem como os resultados que as mesmas obtiveram e como as mesmas foram recebidas pela população. As fontes principais da investigação são os relatórios dos presidentes da Província do Piauí durante o período supramencionado. Para trabalhar a perspectiva metodológica da temática da educação, mantém-se a interlocução com estudiosos do tema, como, Faria Filho (2010), Teresinha Queiroz (2008), Amparo Ferro (1996), Costa Filho (2006) e Itamar Brito (1996).

A educação na nova capital piauiense: entre progressos e recuos

Após a transferência da capital do Piauí de Oeiras para Teresina, ocorrida em 1852, a nova capital piauiense estava dando os seus primeiros passos em diversos aspectos, o econômico, o social, o cultural e a educação estavam em formação nessa cidade. Nesse sentido, o setor educacional teve papel importante na mentalidade e nos discursos dos governantes piauienses como um elemento de transformação social, capaz de atenuar o grave problema do analfabetismo, aliás, essa foi uma discussão com contornos nacionais. Pois em muitas Províncias do Império os debates em torno do ensino passaram a ter cada vez mais a noção de que a educação deveria ser regida por leis gerais que deveriam nortear o fenômeno educativo. Dessa maneira, no momento em que a cidade de Teresina estava se

¹Mestranda em História (Universidade Federal do Piauí – UFPI). rodriguesandrea1901@hotmail.com. Bolsista CAPES.



constituindo enquanto cidade e sede política e administrativa do Piauí, havia transformações quanto às ideias que se tinha sobre o ensino, haja vista que:

Observa-se, nesse momento, em várias províncias, um vertiginoso crescimento dos ‘conhecimentos escolarizados’, ou seja, há um aumento significativo daqueles conhecimentos, que esperava-se a escola deveria ensinar aos alunos.²

Os anos que se seguiram à mudança da capital de Oeiras para Teresina marcaram as tentativas de estabelecimento dos órgãos públicos transferidos de Oeiras para a nova sede do Governo piauiense. Juntamente, com tal aparelhamento, encontrava-se a organização do precário sistema educacional da Província na nova capital. Tal sistema era composto pelo Estabelecimento dos Educandos Artífices – transferido para auxiliar nas construções da cidade, pelo Liceu Piauiense e pelas Escolas de Primeiras Letras.

No que concerne às escolas primárias, com a transferência da capital, foram criadas algumas escolas de primeiras letras em Teresina. Mas na verdade, o que predominou nesse nível educacional foram as aulas particulares, o mesmo se deu no que tange ao ensino secundário. Teresinha Queiroz reitera que tais aulas:

[...] Foram uma constante no panorama educacional do Piauí desde a primeira metade do século XIX. Elas existiram em grande número em Teresina, bem como nas vilas e nas próprias fazendas, pois a instrução pública no interior era ainda mais deficiente do que na capital.³

No ano de 1868, por exemplo, a frequência das escolas públicas primárias era de 50 alunos. As instituições escolares eram organizadas de acordo com o sexo dos educandos, normalmente as turmas eram separadas pelo gênero dos discentes, ou seja, turmas de meninos e de meninas, separadas.

Cabe destacar que na segunda metade do século XIX, em nível de Brasil, a ideia que se tinha era a de que os conhecimentos escolarizados seriam o meio pelo qual o progresso da nação seria possível. Assim, era necessário, um sistema escolar bem

² FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA Cynthia Greive. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 139.

³ QUEIROZ, Teresinha. *Educação no Piauí: 1880 – 1930*. Imperatriz, MA: Ética, 2008. p. 45.

estruturado e não somente com escolas isoladas, nesse momento, surgiram em Teresina vários colégios particulares.

Duas reformas marcaram o ensino primário na segunda metade do século XIX, a de 1850 e a de 1864. Com a de 1864, o Ensino Primário Piauiense foi dividido em instrução elementar (escolas de 1º grau) e instrução primária superior (escolas de 2º grau). Em 1866, “o presidente da Província, Franklin Américo de Meneses Dória, decretou que as aulas públicas nas vilas e freguesias eram de instrução elementar e nas cidades de Oeiras, Parnaíba e Teresina de instrução primária superior”.⁴

Ao tratar da educação primária durante o século XIX, Luciano Mendes aventa que:

Os recentes estudos acerca da educação brasileira no século XIX, particularmente no período imperial, demonstram que havia em várias províncias, uma intensa discussão sobre a necessidade de escolarização da população, sobretudo das “camadas inferiores da sociedade”. Questões como a necessidade e a pertinência ou não da instrução dos negros (livres, libertos ou escravos), índios e mulheres eram amplamente debatidas e foi impetuosa a atividade legislativa das Assembleias Provinciais em busca do ordenamento legal da educação escolar.⁵

Cabe ressaltar também que se fortaleceu na segunda metade do século XIX, em diversas províncias, a ideia de generalização do ensino primário, defendida por vários intelectuais, a exemplo de Rui Barbosa. Acreditava-se que o ensino primário salvaria a nação, a ideia principal era generalizar os rudimentos do saber ler e escrever para a maioria da população, o que, segundo muitos segmentos da elite, era o bastante para as camadas populares.

Queiroz mostra que tal pensamento se torna mais complexo, quando se trata da criação de escolas noturnas para a população adulta pobre, bem como ao se tratar da legislação sobre a obrigatoriedade do ensino. Este tema aparece, portanto, não somente na inauguração de escolas, mas também na documentação daquele período, a exemplo dos relatórios dos presidentes de Província.⁶

⁴ COSTA FILHO, Alcebíades. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí: 1850 -1889*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006. p. 92.

⁵ FARIA FILHO, 2010, p. 135.

⁶ QUEIROZ, 2008, p. 11.

Quanto às escolas noturnas em Teresina, Pereira da Costa noticia que a primeira instalação de uma escola funcionando, nesse turno na capital, foi em 1871, através da Lei Provincial n° 753. A escola teria sido instalada em 18 de setembro daquele ano, sob a direção do professor Juvêncio Tavares Sarmento e Silva. Costa aponta que, no fim daquele ano, a frequência era de 50 alunos.⁷ Esta escola, bem como outras criadas em várias vilas e cidades do Piauí foram extintas pela Lei n° 822, de 19 de agosto de 1873.

Chaves mostra, no entanto, que, em 1869, houve por parte de homens ilustrados da cidade de Teresina, como Deolindo Moura, David Caldas, Jesuíno José de Freitas, Juvêncio Tavares, Sarmento e Silva, Cândido Alves de Noronha e Dionísio da Costa Romeu, uma iniciativa para a educação de adultos. Desse modo:

Aos doze de novembro daquele ano, às sete horas da noite, em casa do sr. Deolindo Mendes da Silva Moura, à Rua Barroso, inaugurou-se uma aula noturna para rapazes e homens feitos. A simpatia popular pelo empreendimento foi tão intensa que de todos os lados choveram auxílios em livros, cartilhas, cadernos, papel, tinta e até querosene para as lamparinas da escola. O curso era gratuito e seus alunos se distribuíram em três classes: a 1ª dos alfabetizando, a 2ª dos que já possuíam alguns rudimentos de leitura e a 3ª dos mais adiantados, aos quais se ensinava os rudimentos fundamentais da aritmética.⁸

A finalidade de tais escolas era educar as pessoas adultas para uma postura social mais civilizada, tendo em vista que, desse modo, se teria uma maior valorização político-social e moral da população. Geralmente, as pessoas atendidas por essa oferta de ensino trabalhavam durante o dia.

Foram criadas outras escolas noturnas, por exemplo, a iniciativa em 1880 do farmacêutico piauiense Eugênio Marques de Holanda, domiciliado no Rio de Janeiro:

[...] Fundou-se em Teresina escola masculina noturna de primeiras letras, para cujo empreendimento o governo provincial pôs à disposição edifício situado na Praça Saraiva, onde funcionava escola masculina diurna. A aula foi inaugurada em 17 de agosto e nela matricularam-se 56 alunos. No ano seguinte, a matrícula já era de apenas 27 alunos. A 26 de janeiro de 1882, em ofício ao Diretor Geral interino da Instrução Pública, Dr. Newton César Burlamaque, o corpo docente formado por Gentil Independente Ribeiro Cavalcante, José de Castro Lima, Antônio

⁷ COSTA, 1974, p. 395.

⁸ CHAVES, 1994, p. 33. O autor não fornece informações sobre o período de duração desta escola.

Marques da Costa e João Augusto Rosa – comunicava o fechamento da escola “por falta de alunos”.⁹

No momento em que tal escola foi fechada, Pereira da Costa, apontou que $\frac{3}{4}$ da população teresinense não sabia ler e nem escrever.¹⁰ Vários colégios particulares foram criados em Teresina na segunda metade do século XIX, dentre os quais está o Colégio Nossa Senhora das Dores (1882), o Colégio Jugurtiano (1886) e o Colégio São Vicente de Paula (1888), que era de ensino primário.

No ano que se seguiu à transferência da sede político-administrativa piauiense, o Liceu¹¹ – criado pela Lei n° 198 de 4 de outubro de 1845 – principal escola de instrução secundária – não funcionou. Em 1854 “por falta de edifício as aulas eram dadas nas casas dos professores. Seu primeiro regimento é de 1855”.¹²

O funcionamento do Liceu em Teresina, desde seu início, se deu de forma precária, de modo que ele foi extinto pela Resolução n° 511, de 1° de agosto de 1861 e só foi restaurado pela Lei n° 599 de 09 de outubro de 1867. Esta lei fixou a duração do curso e estabeleceu a seguinte grade curricular: Língua Nacional, Latim, Francês, Inglês, Aritmética, Álgebra e Geometria, Geografia e História, Filosofia e Retórica.

O seu funcionamento era em casa alugada ou na casa de professores, cabe destacar que, só no início do século XX, já no período republicano, foram erguidas as primeiras construções públicas¹³ próprias para a realização do ensino, os chamados *grupos escolares*. Passaram a ser considerados como verdadeiros templos do saber.

A afirmação do presidente Franklin de Menezes Dória, no ano de 1864, explicita a dificuldade em que se encontrava o Liceu pela falta de recursos da Província para mantê-lo: “[...] um Liceu, cuja extinção há poucos anos foi determinada menos pela pressão de

⁹ QUEIROZ, 2008, p. 75.

¹⁰ COSTA, 1974, p. 539.

¹¹ Brito mostra que o ano de 1845 findou um ciclo histórico do ensino no Piauí o do “Período de Implantação” e deu início a um novo período, “com o advento da Lei n° 198 de 4 de outubro de 1845, no qual se esboça a estrutura básica de um sistema de ensino”. Conferir: BRITO, Itamar Sousa. *História da Educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996. p. 26

¹² QUEIROZ, 2008, p. 16.

¹³ Primeiramente em São Paulo e, depois em outros Estados brasileiros.

uma crise financeira, do que pelo doloroso reconhecimento da prematuridade de semelhante instituição”. Havia, na verdade:

A inadequação entre as estruturas legais propostas para o ensino e a realidade do meio é uma constante neste período que denominamos de “estruturação” por nele se verificarem as primeiras tentativas no sentido de estruturar o ensino ainda não em um “sistema”, [...] mas em um aglomerado de instituições reunidas sob a coordenação, inicialmente, de diretores regionais – os juízes de direito – e posteriormente, sob o comando de um Diretor Geral.¹⁴

O funcionamento do Liceu era precário, com uma frequência irregular dos alunos. Em 1869 foi criada a cadeira de Filosofia Racional e separada a cadeira de Geografia e História, não obstante, no ano seguinte a medida seria revogada.

Cabe também destacar o Estabelecimento dos Educandos Artífices criado pela Lei nº 220 de 24 de setembro de 1847, mas só foi instalado em dezembro de 1849, em Oeiras, então capital da Província, pelo presidente Anselmo Francisco Peretti.¹⁵ Contava, inicialmente, com 15 alunos órfãos, aos quais oferecia instrução primária e oficinas, como carpintaria, ourivesaria, alfaiataria e sapataria, bem como os ofícios de ferreiro, tanoeiro, funileiro e o ensino de tipografia.

Com a transferência da capital para Teresina o Estabelecimento foi uma das primeiras instituições vindas de Oeiras para a nova capital, a finalidade era que os educandos ajudassem nas obras da nova capital. Essa instituição funcionou regularmente até 1873, quando foi extinta pelo presidente Adolfo Lamenha, através da Lei nº 808 de 4 de agosto de 1873, com a justificativa de que o estabelecimento tinha um funcionamento precário.

Com a sua extinção, o presidente autorizava, por meio da Resolução nº 804, de 19 de agosto de 1873 “a fundação de um internato para os meninos órfãos da Província, sob a responsabilidade de João do Rego Monteiro, futuro Barão de Gurguéia, igualmente extinto em 1875, pela Lei nº 895 de 16 de junho”.¹⁶

A escola normal e a tentativa de formar o corpo docente

¹⁴ BRITO, 1996, p. 26

¹⁵ Governou de 11 de julho de 1848 a 25 de dezembro de 1849.

¹⁶ QUEIROZ, 2008, p. 37.

A educação na Província do Piauí só teve reflexos de mais destaque na segunda metade do século XIX, e isso se deu principalmente na nova capital Teresina, onde foram tomadas, pela primeira vez na Província, medidas para a formação de professores da instrução primária, a partir da criação da Escola Normal, em 1864.

O movimento de criação de Escolas Normais no Brasil Imperial teve proporções nacionais, a título de exemplo, as primeiras Escolas Normais do país foram a de Niterói (1835), de Minas Gerais (1835) e da Bahia (1836). A finalidade de tais instituições, era tentar resolver o grave problema da falta de qualificação do corpo docente. Vê-se, portanto, que esse problema não era exclusividade do Piauí, mas também de outras províncias. Nesse sentido, a criação de escolas normais marcou uma nova etapa no processo de institucionalização da profissão docente: de um lado, o controle estatal se fez mais restrito, de outro, os docentes de posse de um conhecimento especializado, melhoravam o seu estatuto socioprofissional.¹⁷ A Escola Normal no Piauí foi criada pela Lei nº 565, de 5 de agosto de 1864 e o então presidente da Província Franklin Dória foi incumbido de tomar as medidas necessárias para sua instalação.

No seu discurso e no relatório de 1865, o presidente Franklin Dória proferiu um belo e otimista discurso sobre o futuro promissor que a Escola Normal poderia trazer para o mundo das letras no Piauí:

Abre-se mais uma válvula ao progresso do Piauí. Penso com V. Cousin que o futuro da educação popular depende das escolas normais. Inda bem que elas vão se propagando entre nós. [...] Compenetrando-se das vantagens dessa instituição, ultimamente algumas outras províncias a tem adotado. Para glória nossa, o Piauí pertence ao número delas. Resignada às modestas proporções que a atualidade aconselha, a escola normal hoje fundada acolherá as estudiosas que se destinarem à profissão do magistério primário; esse magistério que, por todo o elogio, basta dizer foi exercido por Gerson, o grande mestre da escola de Lion. Na escola normal de Teresina essas jovens ajuntarão o cabedal de conhecimentos especiais de que precisa o professor de 1^{as} letras e se tornarão versados na pedagogia ou na arte de ensinar. Fortificando-se na sublime doutrina da religião católica e familiarizando-se com os preceitos da moral, adquirirão, com o hábito do estudo, que engrandece, e do trabalho, que alegre, o hábito das virtudes peculiares ao emprego. Quando soar a hora, com a inteligência polida da verdade, com o coração moldado pelo bem, irão eles mundo em fora exercer o seu nobre apostolado. Em todo caso, a sociedade ganhará com eles, porque, além de mestres idôneos, terá cidadãos honrados e prestantes.

¹⁷ Conferir: VILELA, 2010, p. 100, 101.

Tal é o ideal que formo da escola normal de Teresina. Espero não me enganar, confiado nos ilustrados professores que coloquei à testa dela. Preza a Deus que ela prospere! Pois seus frutos farão uma das delícias da geração nascente.¹⁸

No dia 6 de setembro de 1866, fora publicado o regulamento que determinou o funcionamento da Escola Normal em Teresina, em regime de externato, com duração de 2 anos e era misto – ou seja, para homens e mulheres. O corpo docente era formado por três professores, o Dr. Constantino Moura, que ocupava também o cargo de diretor, Dr. Newton Burlamaque e o capitão Joaquim de Lima Castro. De acordo com o relatório do presidente, a escola funcionava com bons móveis e outros utensílios. Contava também com uma pequena biblioteca, que continha livros trazidos da Corte.

Os estudantes pagavam uma taxa anual de 80\$000 (oitenta mil réis), esta quantia era dividida em quatro prestações de 20\$000 (vinte mil réis).¹⁹ A instalação da Escola Normal só aconteceu em três de fevereiro de 1866, com 23 alunos matriculados. No ano seguinte a instituição foi extinta pela Lei Provincial nº 599 – a mesma lei que reativou o Liceu – no governo de Luna Freire, em virtude da falta de matrículas.

A Escola Normal foi reaberta pela Lei Provincial nº 753 de 29 de agosto de 1871, anexada ao Liceu. “[...] alterada pelo Regulamento nº 80, de 20 de outubro de 1878. Seu curso foi dividido em três anos, constando de três cadeiras, todas do sexo masculino. Estas tentativas não parecem ter alcançado resultados na prática”.²⁰

Segundo Teresinha Queiroz, só seriam obtidos resultados positivos na terceira tentativa de Escola Normal, que ocorreu em 1882 “[...] criada pela Resolução Provincial nº 1.062, de 15 de junho de 1882, com curso de apenas dois anos e constando de quatro cadeiras”²¹. O curso era misto e o currículo estabelecido era composto pelas disciplinas:

¹⁸ PROVÍNCIA DO PIAUHY. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 12 de julho de 1865 pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Franklin Américo de Menezes Doria*. Teresina: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 22.

¹⁹ Conferir: FERRO, 1996, p. 70.

²⁰ QUEIROZ, 2008, p. 27.

²¹ QUEIROZ, 2008, p. 28.

1º ANO: Gramática Nacional, Recitação e Composição, Instrução Religiosa, Doutrina e História Sagrada, Antigo e Novo Testamento, Aritmética, Costura Usual, Trabalhos de Agulha e Corte de Roupas;
2º ANO: Gramática Nacional, Análise Gramatical, Lógica e Etimologia, Pedagogia e Metodologia e Teoria Prática. Conclusão de Estudo de Aritmética, Metrologia, Estudo das Formas Geométricas, Desenho Linear, História do Brasil e, especialmente da Província do Piauí, Bordados Brancos de Lã e Froco.²²

Para serem admitidos na Escola Normal, de acordo com Queiroz, os candidatos deveriam preencher alguns requisitos:

[...] Domínio das matérias da instrução primária; idade mínima de 18 anos para os homens e de 16 para mulheres; boa conduta moral, civil e religiosa e atestado médico indicando que o candidato não era portador de moléstia contagiosa. A boa conduta civil deveria ser ‘ provada por folha corrida, e a conduta moral e religiosa por atestado do pároco da freguesia em que nos dois últimos anos houver residido o matriculando’.²³

A Escola Normal funcionava no mesmo prédio do Liceu e foi extinta em 1888. As outras tentativas de instalação da Escola Normal no Piauí só viriam no início do século XX, quando o estabelecimento se firmou no Piauí.

Considerações finais

À guisa de conclusão, convém ressaltar que mediante o processo de análise do referencial teórico, relacionado com os documentos pesquisados, foi possível compreender aspectos relevantes da realidade educacional teresinense durante a segunda metade do século XIX, tendo em vista que os anos que se seguiram à mudança da capital do Piauí marcaram as tentativas de estabelecimento dos órgãos públicos transferidos de Oeiras para a nova sede do Governo piauiense. Juntamente, com tal aparelhamento, encontrava-se a organização do precário sistema educacional da Província na nova capital. Tal sistema era composto pelo Estabelecimento dos Educandos Artífices – transferido para auxiliar nas construções da cidade, pelo Liceu Piauiense, pelas Escolas de Primeiras Letras, pela Escola Normal e pelas Aulas Avulsas.

²² BRITO, 1996, p. 34. Os trabalhos de agulha eram exclusivos para o sexo feminino.

²³ QUEIROZ, 2008, p. 28-29.



Referências:

BRITO, Itamar Sousa. *História da Educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996. p. 26

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. Como nasceu Teresina. *Cadernos Históricos*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

COSTA FILHO, Alcebíades. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí: 1850 -1889*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, ElianeMarta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA Cynthia Greive. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FERRO, Maria do Amparo B. *Educação e sociedade no Piauí republicano*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

QUEIROZ, Teresinha. *Educação no Piauí :1880 – 1930*. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

PROVÍNCIA DO PIAUHY. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 12 de julho de 1865 pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Franklin Américo de Menezes Doria*. Teresina: Tipografia de B. de Mattos, 1865.

VILLELA, Heloísa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.